



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO - CCAE
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

SUELEN ANDRADE MONTEIRO DA SILVA

TRABALHO INFORMAL: é na informalidade que sou reconhecido

**Mamanguape/PB
2026**

SUELEN ANDRADE MONTEIRO DA SILVA

TRABALHO INFORMAL: é na informalidade que sou reconhecido

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Administração do Centro de Ciências Aplicadas e Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Administração, defendido e aprovado pela banca examinadora constituída pelos docentes:

Thales Batista de Lima – UFPB
Orientador(a)/Presidente

Ana Maria Magalhães Correia – UFPB
Membro da Banca Examinadora

Janine Silva Nascimento Cunha – UFPB
Membro da Banca Examinadora

Mamanguape/PB

2026



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**



TRABALHO INFORMAL: é na informalidade que sou reconhecido

Suelen Andrade Monteiro da Silva – UFPB – suelenmonteiros98@gmail.com

Thales Batista de Lima – UFPB – thalesbatista@gmail.com

Ana Maria Magalhães Correia – UFPB – anamagalhaes@ccae.ufpb.br

Janine Silva Nascimento Cunha – UFPB- janine.nascimento@academico.ufpb.br

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar o papel que o trabalho informal exerce na vida de trabalhadores autônomos com ou sem formação em administração. Para tanto, fundamenta-se sobre o trabalho informal, visto como uma forma de empreender de maneira autônoma e sem atender aos aspectos formais e legais do mercado de trabalho. O presente estudo adota a abordagem qualitativa, de caráter descritivo e orientada pelo método dedutivo, a qual contemplou uma diversidade de perfis, sendo eles autônomos com e sem formação em administração, formados em outras áreas e/ou estudantes de administração. Além disso, a coleta de dados foi conduzida por meio de entrevista semiestruturada, cuja análise ocorreu mediante a técnica da análise compreensiva e interpretativa dos dados. Os principais resultados revelam que o ingresso na atividade ocorre de maneira heterogênea, motivado por necessidades econômicas, legado familiar, busca por realização pessoal e oportunidade do mercado. Constatou-se um elevado senso de valorização entre os entrevistados, impulsionado pela propaganda "boca a boca" e pelo uso estratégico das redes sociais. Ademais, a formação em Administração emergiu como um relevante fator de diferenciação, conferindo maior instrumentalização prática em finanças e marketing para lidar com o paradoxo entre a autonomia e a instabilidade financeira. Assim, o trabalho informal atua como um espaço legítimo de autonomia, construção de identidades e centralidade na subsistência, funcionando como um vetor de desenvolvimento socioeconômico local. Portanto, conclui-se que o trabalho informal traz reconhecimento no ato do empreendedorismo, mesmo que ainda se tenha alguns desafios enfrentados relacionados às vulnerabilidades estruturais e financeiras.

Palavras-chave: Trabalho Informal. Trabalhadores Autônomos. Administração.

ABSTRACT

This study aims to analyze the role informal work plays in the lives of self-employed individuals, whether or not they have a background in administration. It is grounded in the concept of informal work as a form of independent entrepreneurship that operates outside the formal and legal frameworks of the labor market. The study employs a qualitative, descriptive approach guided by the deductive method, encompassing a diverse range of profiles: self-

employed individuals with and without administration training, graduates from other fields, and administration students. Data collection was conducted through semi-structured interviews, followed by a comprehensive and interpretive analysis. The main results reveal that entry into this type of work occurs in diverse ways, driven by economic necessity, family legacy, the pursuit of personal fulfillment, and market opportunities. A strong sense of being valued was observed among the interviewees, bolstered by word-of-mouth promotion and the strategic use of social media. Furthermore, a background in administration emerged as a key differentiator, providing practical tools in finance and marketing to navigate the paradox between autonomy and financial instability. Thus, informal work serves as a legitimate arena for autonomy, identity formation, and a means of subsistence, acting as a driver of local socioeconomic development. In conclusion, informal work fosters recognition through the act of entrepreneurship, even though practitioners still face challenges related to structural and financial vulnerabilities.

Keywords: Informal Work. Self-Employed Workers. Administration.

1 INTRODUÇÃO

A informalidade constitui um fenômeno presente em diferentes setores da economia, e no cotidiano da sociedade, tornando-se uma alternativa de renda para milhões de trabalhadores diante das dificuldades de inserção no mercado, e também, configura-se como um espaço de realização pessoal. Essa prática está fortemente associada ao comércio popular e as atividades autônomas, sendo caracterizado pela ausência da regulamentação governamental. Embora possua diversos adeptos, tanto vendedores quanto consumidores, tornando-se uma atividade amplamente presente no cenário brasileiro (Oliveira, 2022).

Nesse contexto, a informalidade ultrapassa a ideia de tarefa marginal e se torna um pilar fundamental para a economia nacional. Sabe-se que os perfis e os lugares desses trabalhadores são segmentados, e variados, pois Souza, Araújo e Werneck (2026) expressam que os trabalhadores são autônomos informais (empregadores em empresas informais, trabalhadores por conta própria em empresas informais, trabalhadores familiares, ajudantes em empresas formais e informais e membros de cooperativas de produção informal).

Portanto, o perfil desse público não é único, assim como suas atividades não se restringem a um único local, ocupando desde as ruas até o ambiente doméstico e o interior de empresas. Para além da dimensão econômica, a informalidade também está relacionada à fragilidade das garantias trabalhistas sociais asseguradas aos trabalhadores. De acordo com Soares e Victal (2023), essa categoria surge das relações jurídicas contratuais de natureza cível e não trabalhista, que afastam o vínculo empregatício entre empregador e trabalhador.

A falta de regulamentação específica e de proteção previdenciária intensifica a vulnerabilidade do trabalhador, impactando diretamente o acesso aos direitos fundamentais e

sociais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF). Para mitigar esse cenário, a Lei complementar do MEI (nº 128/2008) surge como um instrumento de simplificação tributária e incentivo à formalização (Cavalheiro e Mariano, 2023). Contudo, sua adesão ainda enfrenta barreiras que mantêm muitos autônomos na informalidade. Dessa forma, a atividade informal evidencia a precarização do trabalho no cenário atual. Diante do exposto, essa pesquisa pretende responder à seguinte pergunta: De que forma o trabalho informal reflete na trajetória de vida e profissional de trabalhadores autônomos no mercado de trabalho?

Nessa temática, buscando aprofundar mais esse estudo, o objetivo do presente estudo é analisar o papel que o trabalho informal exerce na vida de trabalhadores autônomos com ou sem formação em administração. Sob essa perspectiva, a temática torna-se relevante não apenas para a área de Administração, mas também para outras formações no campo dos negócios, além de destacar o papel fundamental dos cursos superiores de tecnologia (tecnólogos) e cursos técnicos na capacitação desses profissionais. Visto que a ausência de uma direção estratégica definida, e uma gestão bem organizada pode comprometer a continuidade dos pequenos negócios, tornando os trabalhadores mais expostos às mudanças do mercado e às dificuldades financeiras (Dava, 2025).

Nesse contexto, entender as variadas dinâmicas que envolvem o trabalho informal contribui para reflexões de gestão, planejamento e longevidade de empreendimentos autônomos. A compreensão do trabalho informal, no Brasil, demonstra que as estatísticas, embora relevantes, são insuficientes para traduzir o papel do trabalho autônomo na vida desses trabalhadores, independente da sua formação.

Nesse sentido, a contribuição teórica acerca desse tema é importante para a academia, pois contribui para o corpo de conhecimento sobre economia informal e proteção social. Este estudo pode preencher lacunas na literatura existente, fornecendo uma análise comparativa detalhada que ainda é relativamente escassa (Mateus, 2025). Essa realidade acadêmica contrasta fortemente com a realidade vivenciada no Brasil.

No aspecto prático, a relevância da pesquisa está relacionada à dimensão da informalidade no Brasil. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apontam que a taxa de informalidade no país atinge entre o trimestre de novembro de 2025 a janeiro de 2026 37,5 %, o que representa um contingente expressivo de 38,5 milhões de trabalhadores informais (IBGE, 2026). Dessa forma, a compreensão de como é a realidade social e econômica desses trabalhadores contribui para a ampliação do debate sobre o trabalho informal e sua vulnerabilidade social, além de fornecer subsídios relevantes ao debate de políticas públicas ao setor (Mateus, 2025).

Essa pesquisa se torna viável pela presença de trabalhadores informais inseridos no ambiente escolhido para a etapa empírica, com facilidade de acesso aos sujeitos para participação no estudo. Essa realidade justifica-se, sobretudo, pela crescente precarização do trabalho e do mercado formal (Vieira *et. al.*, 2024), processo que atua como fator impulsionador para a migração e elevação da informalidade no país. Além disso, o percurso metodológico definido favorece perceber de forma aprofundada as trajetórias profissionais e experiências vivenciadas por elas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A informalidade é complexa de ser estudada e sua definição vasta e imprecisa. Segundo Cacciamali (1983 *apud* Lima; Costa, 2016), a definição para caracterizar o setor, o mercado ou o trabalho informal dá margem a diversos significados e interpretações, pois cada um dos cenários não ocorre com uma fórmula geral para ser usada, com a mesma intensidade e nem modo simultâneo. Assim, a informalidade não pode ser compreendida de maneira única, exigindo uma análise minuciosa.

O setor informal comporta uma diversidade de segmentos de trabalhadores, desde autônomos por conta própria até assalariados sem registro (Silva; Santos; Alves, 2025). No contexto brasileiro, essa condição refere-se, primordialmente, à ausência de vínculo formal de emprego, caracterizada pela falta de registros na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e a não observância das normas previstas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), estabelecendo, assim, uma linha tênue entre a autonomia produtiva e a precarização, cujo trabalhador assume integralmente os riscos da atividade econômica sem a contrapartida das proteções institucionais do Estado.

Sobre essa perspectiva, o trabalho informal é considerado como trabalho autônomo, que ainda persiste na atualidade, não sendo um fenômeno isolado, mas uma parte integrada do sistema capitalista que se adapta e se renova conforme a necessidade e transformações do mercado, conforme sinaliza o estudo de Lima e Costa (2016). Nesse sentido, o trabalho informal não está à margem da sociedade, mas sim criando valia para quem transforma e vivencia diariamente.

Ademais, esses autores apontam que as denominações das atividades não reguladas variam conforme o enfoque teórico dos estudos, sendo tratadas como setor não protegido, setor informal ou processo de informalidade, assim, a institucionalização dos termos formal e informal parece indicar uma classificação em situações reguladas e não reguladas de trabalho,

em que se explica o modo informal de trabalho apenas pela oposição ao modo formal de trabalhar. Dessa forma, essa classificação reforça uma visão limitada do fenômeno, que não contempla a sua complexidade. Afinal, os setores formais e informais não são estáticos, mas se interpenetram em uma espécie de mutualismo econômico que articula os interesses do Estado e do capital (Pinheiro-Machado, 2008).

Ainda de acordo com Lima e Costa (2016), essa dualidade reflete condições de trabalho que revelam a precarização, o desemprego estrutural e a reestruturação produtiva vivenciada no país. Desse modo, o trabalho evidencia que na informalidade não é apenas espaço de ausência, mas um ambiente onde os sujeitos constroem suas trajetórias e conquistam seu reconhecimento. Sobre essa lógica, a globalização exerce profundas influências no mercado de trabalho em escala mundial, uma vez que Sousa, Vuala e Junior (2023) alegam que esse fenômeno não se restringe apenas ao contexto nacional, mas possui alcance global, criando oportunidades econômicas, deslocando indústrias e empregos, além de afetar diversas nações.

Neste cenário, para os autores, a instabilidade não é exclusiva de países em desenvolvimento, pois países desenvolvidos também são acometidos com crises econômicas e veem o desemprego aumentar e a precarização das condições de trabalho, ocasionando uma direção ao trabalho informal. Santos e Ribeiro (2025) acrescentam que os trabalhadores excluídos do mercado formal por diversos fatores estruturais utilizam a informalidade como uma alternativa indispensável para a sobrevivência própria e dos seus dependentes. Embora esta atividade tenha uma relevância vital para a economia, esses indivíduos enfrentam desafios severos e persistentes, tais como a precarização do trabalho, a ausência de proteção previdenciária e a carência de uma regulamentação jurídica adequada que proteja os seus direitos.

Portanto, essa questão se torna um fenômeno mundial. Nesse contexto, surgem iniciativas que buscam integrar trabalhadores informais ao sistema formal e incentivar suas atividades econômicas, como a lei complementar nº 128/2008 responsável pela criação da figura do microempreendedor individual (MEI), com o objetivo de formalizar os trabalhadores autônomos, conforme a lei de simplificação tributária (Cavalheiro; Mariano, 2023). Diante disso, essa lei tem o intuito de reduzir a informalidade no país, com o instrumento de inserção econômica e de incentivo à formalização de pequenos negócios.

Entretanto, Cavalheiro e Mariano (2023) apontam que, apesar da lei do MEI ter vigência a mais de uma década, a academia ainda carece de estudos profundos sobre os impactos reais dessa política aos cidadãos brasileiros, sugerindo que mesmo com a existências

de normas não há a sua compreensão social de fato sobre elas. Paralelamente, o microcrédito é oferecido como uma ferramenta social de capital menor por alguma instituição financeira que visa melhores condições de vida, diminuição da pobreza e atender aos objetivos internacionais da inclusão de crédito (Anjos; Fraga; Teodósio, 2020). Dessa forma, o microcrédito aparece como um instrumento de inclusão econômica e social, reduzindo as desigualdades econômicas.

Esses autores apontam que essa lacuna de conhecimento é agravada pela natureza de políticas públicas voltadas ao crédito que apresentam características burocráticas e evasivas que se distanciam do que foi criado originalmente. Os autores criticam o fato de o crédito ter sido desenvolvido por uma lógica de lucratividade das instituições financeiras, deslocando-se do seu objetivo social primário.

Nessa seara, muitos trabalhadores não se apropriam desse crédito pela falta de acesso a recursos como a cultura, estudo ou pertencimento a esse grupo, e isso se torna empecilho para que grandes números de autônomos consigam se formalizar. Embora, é válido salientar que o microcrédito pode ser uma opção de alavancar a vida dessas pessoas e garantir ganhos sociais, culturais e pertencimento ao sistema, conforme indicam Anjos, Fraga e Teodósio (2020). Dessa forma, o acesso ao crédito torna-se privilégio da minoria, de quem tem domínio sobre a legislação.

No que se refere aos impactos da informalidade, Williams (2020) afirma que a percepção desse fenômeno como um entrave não é uniforme, apresentando variações energéticas conforme o contexto econômico nacional. O autor aponta, através dos dados da World Bank Enterprise Survey (WBES), que na Dominica 11,3% das empresas formais veem o setor informal como obstáculo, enquanto na Bolívia essa porcentagem salta para 58,1% e na América Latina e Caribe os dados coletados entre os anos de 2010 a 2016 é de 37,2%. Dessa forma, os empreendedores formais notam a concorrência do mercado informal como tribulações nas suas operações, no qual tais dados são fundamentais para compreender o ambiente onde o trabalhador é inserido.

Nada obstante, Carvalho e Borges (2025) traz a perspectiva que o profissional com formação acadêmica, por conta própria e com alto potencial de inovação, normalmente tem alta demanda no mercado, por haver menor oferta desses profissionais em sua área de atuação. Sob outra perspectiva, o profissional por conta própria sem formação técnica especializada, comumente realiza trabalho sob baixa remuneração, tendo baixo impacto e menor potencial de inovação local. O quadro 1 demonstra essa perspectiva que os autores trazem acerca desse cenário.

Quadro 1 - Profissionais com ou sem formação técnica

Dimensão	Profissional Especialista/ Inovador	Profissional sem Formação Técnica
Nível de Escassez	Alta (Pouca oferta no mercado)	Baixa (Muita oferta/concorrência)
Demanda de Mercado	Elevada	Limitada
Remuneração	Alta (Valor agregado)	Baixa (Subsistência)
Impacto Gerado	Transformador e Inovador	Baixo impacto local
Fator Determinante	Formação e Inovação	Execução de tarefas genéricas

Fonte: Carvalho e Borges (2025)

De acordo com o quadro 1, a formação é um fator determinante para o sucesso profissional, pois um indivíduo engajado em seu negócio reflete em maior impacto à sociedade. Esse indivíduo possui registro perante órgãos do governo, que auxilia no custeio de gastos públicos por meio do pagamento de impostos e no controle do governo para com a atividade registrada. Possui maior potencial de inovação, com qualificação técnica em área com alta demanda de mercado (Carvalho; Borges, 2025).

Williams (2020) identifica que as empresas mais velhas e de menor porte conseguem perceber a informalidade como um amplo obstáculo do que as instituições mais novas e de grande porte, evidenciando que a percepção da informalidade está diretamente relacionada às estruturas das empresas e ao posicionamento do mercado. Já Anjos, Fraga e Teodósio (2020) reforçam que os gestores públicos focam mais em remediar o problema e não desenvolver medidas eficazes para integrar essas pessoas ao mercado de trabalho formal, em que o trabalhador acaba ficando restrito a um mercado saturado, cuja sobrevivência depende mais da sua capacidade individual e da sua gestão de crise do que das políticas públicas que fomentem para resolver o impasse ao trabalho digno.

Nesse contexto, o empreendedorismo emerge como uma alternativa relevante para resolução da problemática. Vieira *et al.* (2024, p 159) mostram que o empreendedorismo no viés informal é uma forma de trabalho diante da crise do mundo do trabalho. Isso implica dizer que o empreendedorismo não surge de um plano de negócios estruturado ou de uma oportunidade de mercado identificada, mas da necessidade em garantir uma subsistência

mínima.

Diante dessas limitações, Martarello e Ferro (2022) compreendem que o empreendimento produtivo informal emerge da necessidade pessoal por renda e da busca por realização. Isso é fundamental para compreender que o trabalho autônomo, mesmo operando na margem da formalidade, busca imprimir sua identidade e exercer uma atividade na qual se identifica e que traz realização profissional e pessoal ao indivíduo. Nessa realidade, o trabalhador moderno, para sobreviver, precisa empreender, e também, que essa atividade seja realizada por pessoas criativas e corajosas, que não se contentam com funções monótonas e cujo sucesso depende do seu esforço e força de vontade (Vieira *et al.*, 2024).

Assim, atributos como coragem e criatividade deixam de ser diferenciais competitivos e passam a ser requisitos prioritários para a sobrevivência, uma vez que o mercado passa a exigir mais inovação, fazendo com que o trabalhador seja o único gestor de sua própria vida. Martarello e Ferro (2022) discorrem que a prática empreendedora, aliada ao processo de desenvolvimento tecnológico, promove aumentar o faturamento, otimizar a eficiência produtiva e o aumento da satisfação dos clientes, por meio do aperfeiçoamento da qualidade do serviço.

Nesse ínterim, a inovação torna-se um diferencial competitivo de micro e pequenas unidades produtivas, otimizando seus processos. Por meio desse entendimento, o trabalho informal deixa de ser uma resposta apenas à crise e passa a contribuir, de forma eficiente, para o desenvolvimento econômico e social do país. Para além do aspecto econômico, Iizuka e Costa (2022) argumentam que o empreendedorismo em contextos de vulnerabilidade assume um negócio inclusivo, e isso ocorre tanto com negócios na base da pirâmide, oferecendo seu produto ou serviço ao público de baixa renda, quanto a inclusão ao longo de sua cadeia de valor. Ademais, o compartilhamento de experiências nesse contexto contribui para o desenvolvimento de competências práticas, como liderança, gestão e enfrentamento de situações de exclusão social.

Salienta-se que a atividade empreendedora, muitas vezes, pode representar o sucesso, o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida de um indivíduo. No entanto, em outros casos, representa fragilização dos vínculos constituídos na sociedade salarial, levando, com isso, a um fortalecimento do processo de precarização do trabalho, como defendem Vieira *et al.* (2024). Assim, o empreendedorismo na informalidade apresenta um sentido ambíguo, situado entre a oportunidade e a necessidade.

Carvalho e Borges (2025) propõem uma tipologia do trabalho por conta própria considerando o impacto do empreendimento e o engajamento do empreendedor, conforme

apresentado no quadro 2.

Quadro 2 – Tipologia do trabalho informal

Critério	TTI Convencional	TTI Ocasional
Motivação	Opção de carreira (escolha)	Necessidade (sobrevivência ou renda extra)
Engajamento	Contínuo e dedicação integral	Intermitente e dedicação parcial
Impacto	Menor potencial de inovação e impacto	Baixo potencial de inovação e impacto
Formalização	Tende à informalidade; sem empregados	Tende à informalidade; sem empregados
Demanda	Menor demanda no mercado	Menor demanda no mercado

Fonte: Carvalho e Borges (2025)

A partir dessa classificação, observa-se que o trabalhador por conta própria não é homogêneo, apresentando diferentes níveis de engajamento, impacto, motivação, demanda e formalização. Vieira *et al.* (2024) destacam que os altos níveis de desemprego e a desestruturação do mercado de trabalho foram propícios para o fortalecimento do empreendedorismo e da informalidade no país, como solução para o contingente de desempregados. Esse modo de inserção no mercado atrai, principalmente, os jovens que veem nessa alternativa uma forma de obtenção de renda.

As motivações desse público ultrapassaram a mera necessidade, destacando-se a busca por independência financeira e oportunidades, embora esses jovens enfrentam desafios persistentes, como a falta de capital inicial, dificuldades de gestão e planejamento, e a complexidade da burocracia e questão tributária (Silva, 2025). Essa realidade é evidenciada no Brasil, por meio dos dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, no qual apontam a existência de aproximadamente 19,8 milhões de empreendedores informais (Sebrae, 2024).

Nesse sentido, Silva (2025) defende que a educação empreendedora é o suporte fundamental para mitigar esses riscos, promovendo o desenvolvimento de habilidades que permitam transformar a atividade informal em negócios sustentáveis. Dessa maneira, a atividade informal funciona como um motor da economia circular, ao prosperar o

empreendedor não apenas para garantir seu sustento, mas também estimular o consumo local, criando novas oportunidades de ocupação que, por vezes, o trabalho formal não consegue suprir.

Desse modo, o trabalho informal se consolida como um fenômeno complexo, dinâmico e profundamente articulado ao setor formal, demonstrando que a fronteira entre ambos é permeável e assume diferentes significados de acordo com o contexto socioeconômico (Lima; Silva, 2026; Vieira *et. al.*, 2024). Nesse cenário, o empreendedorismo surge entre a necessidade e a oportunidade de mercado, demandando criatividade e capacidade de adaptação para, além da subsistência, promover identidade, inclusão social e geração de valor para a comunidade.

Por fim, a formação e a educação empreendedora revelam-se elementos centrais nesse processo, pois capacitam o trabalhador, fortalecem as competências gerenciais, ampliam a inovação e o potencial competitivo, impulsionando a construção de negócios sustentáveis.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

É válido recordar que este trabalho pretende analisar o papel que o trabalho informal exerce na vida de trabalhadores autônomos com ou sem formação em administração. Sendo assim, o trabalho tem abordagem qualitativa, pois enfatiza as qualidades dos processos que não são apresentados em termos de quantidade, intensidade ou frequência (Gil, 2021), buscando compreender o fenômeno estudado de forma interpretativa. Assim, esta pesquisa pretende capturar as riquezas das vivências, significados e realidades subjetivas que moldam o cotidiano dos trabalhadores autônomos.

Ressalta-se que a pesquisa assume caráter descritivo, visando a descrição das experiências relatadas pelos sujeitos da pesquisa. Nesse sentido, busca-se relatar de forma precisa as características de indivíduos, eventos ou situações (Kruger, 2023). Desse modo, este estudo faz uma análise detalhada de uma realidade social complexa, que é tratar do trabalho informal, sem a intenção de manipular variável observada.

Nesse sentido, o método desta pesquisa é dedutivo, embasando-se do arcabouço teórico para poder adentrar no campo pesquisado, alinhando conceitos a serem investigados na percepção dos trabalhadores autônomos entrevistados (Kroh, 2022). Desse modo, a abordagem dedutiva contribui ao estudo uma estrutura argumentativa rigorosa, garantindo que as conclusões sejam oriundas de forma coerente e lógica ao que foi estabelecido inicialmente.

A pesquisa buscou mapear uma diversidade de perfis, sendo eles, autônomos com e

sem formação em administração, formados em outras áreas e/ou estudantes de administração, com o intuito de enriquecer o estudo por meio de múltiplos pontos de vista. Além disso, a pesquisa foi conduzida por meio da entrevista semiestruturada, o que possibilitou um maior alcance de informações e contribuições para o trabalho. Essa técnica, segundo Castro e Oliveira (2022), caracteriza-se como semidireta ou semiaberta, na qual o pesquisador se guia por um roteiro de perguntas, mas não necessariamente se atém a uma ordem das questões, mostrando-se ideal para captar a profundidade das vivências de cada grupo entrevistado. A seguir, apresenta-se o quadro 03, contendo o roteiro utilizado na pesquisa.

Quadro 3- Roteiro de entrevista semiestruturada

IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DOS ENTREVISTADOS	
1	Gênero
2	Faixa etária
3	Grau de escolaridade (se tiver ensino superior, informar a formação)
4	Tempo de atuação no trabalho autônomo/informal; Tempo de atuação no segmento de negócio atual (detectar se já houve outro negócio na informalidade)
5	Experiência profissional anterior na modalidade formal (se sim, especificar o tempo e o segmento)
QUESTÕES RELACIONADAS AO ALCANCE DO OBJETIVO DA PESQUISA	
6	O que motivou sua entrada nessa atividade autônoma/informal?
7	Você se sente reconhecido ou valorizado exercendo essa atividade na comunidade que vive?
8	Você pretende buscar mais qualificação profissional? Como acredita que isso pode influenciar seu trabalho?
9	Quais são os fatores dificultadores que você enfrenta trabalhando informalmente? E quais você aponta como fatores facilitadores?
10	Qual o papel que esse trabalho exerce na sua vida atualmente? O que ele representa para você no presente e no futuro?

Fonte: Elaboração própria (2026).

O Processo de coleta de dados ocorreu por meio de oito entrevistas semiestruturadas, realizadas entre os dias 28/05/2026 e 03/06/2026. As entrevistas foram conduzidas de forma mista, tendo alguns entrevistados que ocorreram presencialmente e outros por meio da plataforma *Meet*. Todos os participantes concordaram em participar mediante a assinatura do Termo de Consentimento de Livre Escolha, garantindo a identidade preservada e que todas as informações dadas são utilizadas apenas para fins acadêmicos. Reforça-se que das duas entrevistas presenciais, uma foi realizada no espaço de trabalho do participante e a outra em sua residência. A duração de todas as entrevistas variou entre 06 minutos e 37 minutos.

Posteriormente, as entrevistas foram transcritas na íntegra. Durante esse processo, realizou-se a codificação dos participantes, identificados pela sigla **EN**, em que **E** corresponde a "entrevistado" e **N** à ordem numérica atribuída a cada participante. Inicialmente, utilizou-se a plataforma *TurboScribe* para a transcrição dos áudios, em seguida, buscando otimizar o processo de organização e identificação das falas da pesquisadora e dos entrevistados, foi

utilizado o *Gemini pro*, preservando o conteúdo original dos depoimentos. Concluída essa etapa, toda a transcrição foi anexada a um único arquivo, correlacionados às informações de modo sistemática as que mais se relacionavam com o objetivo da pesquisa. A apresentação do perfil dos entrevistados é explicitado no quadro 04.

Quadro 4- Perfil dos entrevistados

Participante	Gênero	Faixa etária	Escolaridade/ Formação	Tempo no trabalho informal	Tempo no negócio atual	Negócio Atual	Outro negócio informal	Experiência no trabalho formal
E1	F	21	Aluna de Administração	3 anos e 3 meses	1 ano e 3 meses	Cosmético	Sim	Não
E2	F	21	Aluna de Administração	4 anos	4 anos	Mídias digitais	Não	Sim
E3	F	17	Cursando Ensino Médio (3º ano)	2 anos e 5 meses	1 ano e 6 meses	Nail designer	Sim	Não
E4	F	28	Licenciatura em matemática	1 anos e 1 meses	7 meses	Moda fitness	Sim	Sim
E5	M	27	Ensino médio Completo	15 anos e 5 meses	13 anos	Barbearia	Sim	Não
E6	F	23	Bacharelado Administração	1 ano e 10 meses	1 ano e 10 meses	Itens religiosos	Não	Sim
E7	M	24	Aluno de administração	4 anos	4 anos	Lanchonete	Não	Não
E8	F	24	Bacharelado Administração	2 anos	2 anos	Story maker	Não	Sim

Fonte: Elaboração própria (2026).

Por fim, a técnica da análise compreensiva e interpretativa dos dados busca compreender as experiências e as percepções atribuídas aos participantes ao trabalho informal, considerando suas trajetórias profissionais e engajamento no mercado de trabalho (Silva, 2005). Além da codificação, para o uso desta técnica também é utilizado o processo de categorização da análise. As categorias analisadas foram emergidas das perguntas do roteiro de entrevista, baseadas no alcance do objetivo da pesquisa, sendo cinco categorias: Acesso à atividade autônoma/informal; Reconhecimento pelo exercício dessa atividade

informal; Busca pela qualificação profissional; Fatores facilitadores e dificultadores no trabalho informal; Papel do trabalho informal na vida do entrevistado.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Apresenta-se, a seguir, a discussão de cada uma das cinco categorias de análise.

4.1 Acesso à atividade autônoma/informal

O acesso ao mercado autônomo-informal é uma variante presente no cotidiano da sociedade. Nesse contexto, as formas de inserção nesse segmento são diversas, impossibilitando uma única definição de entrada para o fenômeno, conforme apontam Cacciamali (1983 *apud* Lima; Costa, 2016). Entre os entrevistados, observou-se que a convivência familiar exerceu um papel fundamental no ingresso da atividade informal: “A minha mãe também é vendedora de perfume” (E1); “Hoje eu tenho como meu incentivo... meu espelho, é o meu pai, né, que já é do ramo...” (E5).

A necessidade financeira e geração de renda também foi apontada como um canal de acesso à atividade: “Foi se estabelecer financeiramente, procurar uma renda” (E3); “Acho que mais a necessidade, né?” (E7). As falas evidenciam a informalidade como uma forma de sobrevivência e obtenção de renda. Tal resultado converge com Santos e Ribeiro (2025), que associam a informalidade à busca de uma alternativa de sobrevivência de muitos trabalhadores. Dessa forma, observou-se a necessidade econômica como um importante fator de inserção nesse trabalho.

Já as entrevistadas, E4 e E6 relataram motivações relacionadas à identificação pessoal com as atividades desenvolvidas, como é descrito a seguir:

Esse que eu tenho começado na área fitness, né, de vender roupas de academia, na verdade foi meio que por algo que eu realmente gostava. Eu sempre pratiquei atividade física, em vários segmentos já entrei. E eu gostava desse mundo, mas nunca quis, assim, entrar numa formação em nutrição, em educação física e tal. Então aí que eu entrei nessa parte de vendas como uma realização própria (E4).
Como eu sou católica, o meu foi mais em relação à motivação do catolicismo, tipo de aproximar as pessoas mais de Deus por meio [...] dos terços, dos chaveiros, das pulseiras. E eu recebo muitas mensagens de pessoas: "me socorre, me ajuda... eu sou católica, não tenho um terço, não tenho não sei o quê". Eu recebo muitas mensagens assim, que me motivam ainda mais a seguir fazendo o.... os terços, né? (E6).

Diferentemente dos entrevistados motivados pela necessidade financeira, esses participantes associam sua entrada na informalidade como realizações pessoais e crenças. Os relatos reforçam a discussão de Lima e Costa (2016), ao evidenciarem que a informalidade

representa um espaço de construção de trajetórias e realizações pessoais. Nesse sentido, o entrevistado E8 relata que sua inserção no mercado surgiu pelo surgimento de uma oportunidade de mercado, ao afirmar que “surgiu a oportunidade de fazer a primeira cobertura de casamento”.

Em suma, os relatos mostraram que a entrada no trabalho informal não acontece por um único motivo, ela é heterogênea. Enquanto uns ingressam por necessidade financeira e procuram uma renda, outros começam por influência da família, por gosto pessoal ou porque viram uma oportunidade de negócio no momento certo. Essa variedade de motivos deixa claro que o mercado informal abriga realidades muito diferentes. Além disso, a forma como cada um entra nessa atividade vai influenciar diretamente o que eles esperam a partir daquele momento até o que vislumbram de expectativas pessoais e profissionais, além de como eles avaliam o retorno do seu trabalho.

4.2 Reconhecimento pelo exercício dessa atividade informal

Ao analisar as percepções dos entrevistados sobre o trabalho que desenvolvem, fica evidente de forma unânime um forte sentimento de valorização. No contexto informal, esse reconhecimento não está atrelado a recompensas corporativas tradicionais, mas sim a fatores simbólicos, como a reputação no mercado, a indicação de clientes e a sensação de competência pessoal, conforme apontam Martarello e Ferro (2022).

Para grande parte dos participantes, o principal termômetro do reconhecimento é a famosa “boca a boca” e o retorno trazido pelas redes sociais. Os entrevistados E1, E3, E7 e E8 destacam que perceber o cliente chegando por recomendação é o que valida o esforço diário:

Me sinto por algumas situações que o pessoal fala que me recomenda. Outras pessoas dizem, ah, eu vim comprar contigo porque fulano te recomendou. Quando alguém também vem pelas redes sociais... também me sinto reconhecida. E até mesmo assim, você ter me procurado para fazer a entrevista já é uma forma de me reconhecer, né? (E1).

A consolidação da clientela ao longo do tempo é fundamentada na resposta da entrevistada E3: “Eu me sinto muito reconhecida porque já faz um tempinho que eu tô na área, então, graças a Deus, já ganhei grande parte da minha clientela”. Nesse mesmo sentido, a entrevistada E8 sente valorizada com a sua marca: “Os meus clientes que chegam até mim são pessoas que, quando não me conhecem, já conhecem o meu trabalho, acreditam naquilo que eu faço. Então, sim, eu me sinto conhecida, valorizada, reconhecida”. O entrevistado E7 reforça essa visão ao resumir de forma simples o que o grupo sente “valorizado pelo trabalho

que a gente faz a partir do feedback positivo das pessoas”. Essa relação entre o esforço próprio e o retorno do público reflete a visão de Vieira *et al.* (2024) sobre as bases para a sobrevivência e o sucesso do trabalhador autônomo.

Outro ponto que chama a atenção nos relatos é como a atividade informal transforma esses trabalhadores em referências ou autoridades nos seus nichos. A entrevistada E2, por exemplo, associa o reconhecimento à transição de uma postura tímida para alguém que hoje é convidado para palestrar sobre marketing digital na faculdade e em projetos de extensão: "Hoje em dia, não sou mais aquela pessoa que é tímida e vergonhosa. Agora realmente sou a pessoa que trabalho com rede social e com marketing". No mesmo sentido, a entrevistada E4 percebe que o negócio informal apenas consolidou uma imagem que ele já passava para as pessoas: “O pessoal sempre já remetia a mim essa questão de... assim, do mundo fitness. Até me pedia dicas e tal. [...] E hoje em dia só agregou ao que já tava acontecendo”. Esses relatos estão de acordo com a premissa apresentada por Martarello e Ferro (2022) de que o trabalho informal funciona como um espaço de expressão da identidade e busca por realização pessoal.

Por fim, o reconhecimento também aparece muito ligado à conquista do espaço de mercado e à superação de momentos de desmotivação, como detalha a entrevistada E6, para ela, ganhar a confiança de clientes que antes compravam da concorrência e ver o alcance do seu produto ir além das fronteiras locais funcionam como o principal combustível para continuar:

Eu ganhei a confiança de muitas pessoas, principalmente de pessoas que compravam lá com a minha concorrente. [...] Teve um dia que eu estava até desmotivada, porque no final de ano mesmo [...] eu tive muito pouca encomenda [...]. Aí assim que virou o ano [...] eu tive muitas encomendas. [...] Eu acredito que o meu trabalho é sim valorizado. Eu já mandei até para fora do Brasil alguns terços (E6).

Assim, os discursos demonstram que, mesmo sem o suporte da formalidade jurídica, o mercado informal oferece a esses sujeitos um forte senso de realização, pertencimento e dignidade profissional através do reconhecimento social.

4.3 Busca pela qualificação profissional

Como desdobramento da busca pela consolidação no mercado de trabalho, a qualificação profissional emerge como um fator estratégico para os trabalhadores autônomos entrevistados. Ao serem questionados os autônomos/informal apontaram como um fator importante para seu desenvolvimento. Para a entrevistada E1, a qualificação é uma exigência da velocidade do mercado: “Hoje em dia nós vivemos na era da inovação. [...] então, se você

não inova [...] você fica para trás”. Esse ganho de autoridade também é apontado pela entrevistada E2, que vê o estudo como fonte de autoestima: “Acho que pode realmente me deixar mais reconhecida ainda e me dar mais confiança”.

De forma semelhante, a busca por aprendizado focado no cliente é destacada pelo entrevistado E5, ao citar que estuda para “agregar mais no meu trabalho, né, que venha aumentar o meu tíquete [...] e a pessoa poder atender cada vez melhor o cliente”. Por outro lado, para a perspectiva operacional, a entrevistada E3 afirma que quer cursar design para “aprimorar meu trabalho e [...] desenvolver mais conhecimentos”. No mesmo sentido, a entrevistada E4 busca formação para dar respaldo técnico ao conteúdo que ensina na internet: “para passar conhecimento [...] coisa que eu não posso fazer porque não tenho formação na área”.

Soma-se a isso, o argumento do entrevistado E7 que buscou a graduação em Administração para suprir a falta de base gerencial e destaca o impacto prático do curso: “quando a gente começou, a gente não sabia de nada [...] Acho que tem um grande impacto nessa administração do negócio. Quanto mais você conhece, mais você sabe o que fazer”. Essa percepção vai ao encontro do que discutem Martarello e Ferro (2022), para quem o aprimoramento gerencial otimiza a eficiência produtiva do negócio e melhora a qualidade do serviço.

O grande diferencial analítico observado na pesquisa refere-se aos entrevistados com formação em administração. Enquanto os demais entrevistados compreendem a qualificação como um meio de aprimorar suas atividades, as entrevistadas E6 e E8 demonstram utilizar os conhecimentos adquiridos na graduação como ferramentas práticas para a gestão do seu negócio. A entrevistada E6 destaca que a faculdade permitiu ampliar a sua visão para controles internos essenciais:

Através do curso, é possível a gente analisar muita coisinha que talvez não analisasse se não... se não tivesse feito o curso. Tipo a gestão do estoque, o financeiro, o quanto a gente vai lucrar... até mesmo a parte do marketing [...] de fazer uma interação com os clientes (E6).

Observa-se, nesse relato, que a formação em Administração amplia a capacidade de gestão do empreendimento, permitindo à entrevistada aplicar os conhecimentos adquiridos durante a graduação, priorizando conteúdos absorvidos em disciplinas voltadas para as áreas funcionais da administração. Essa relação entre a teoria e a prática é destacada de maneira mais nítida pela entrevistada E8, que traz o que foi visto em sala de aula para a consolidação do seu negócio informal:

Muita coisa que eu aprendi no curso eu aplico na minha própria empresa [...] disciplinas de marketing... teve uma que foi com professor [...] que ele falou dos 4 Ps. Pronto, os 4 Ps eu aplico bastante. A questão de contabilidade... eu não sou muito chegado, então eu terceirizo essa parte. Mas eu entendo [...] é muita coisa realmente que a gente vê e diz: eu já vi isso na faculdade (E8).

Esses relatos convergem com a perspectiva de Carvalho e Borges (2025) de que a formação acadêmica eleva o potencial de inovação e a valorização do profissional autônomo no mercado, distanciando-o da baixa remuneração e do baixo impacto comuns aos trabalhadores sem instrução técnica. Desse modo, observa-se que a formação em Administração não apenas incentiva a busca contínua pela qualificação, mas também favorece a aplicação de conhecimentos nas práticas cotidianas da atividade autônoma, constituindo um diferencial em relação aos demais entrevistados.

4.4 Fatores dificultadores e facilitadores no trabalho informal

Ao analisar a percepção dos entrevistados sobre o trabalho por conta própria, emerge um cenário paradoxal, pois os mesmos elementos que operam como atrativos e facilitadores da atividade também se manifestam como barreiras e fontes de vulnerabilidade. Entre os principais fatores facilitadores, a autonomia e a flexibilidade foram apontadas de forma unânime. Para os participantes, a ausência de uma chefia tradicional permite conciliar a atividade com outras esferas da vida, como as viagens sinalizadas por E2, que aponta que: “Eu acredito que seja a flexibilidade [...] de horário de trabalho, de eventos. [...] para quem gosta de estar viajando muito, é ótimo. Porque eu estou sempre em outras cidades”, ou a rotina mencionada por E3, que celebra o fato de não depender de patrão: “Você mesmo cria seu horário”. Adicionalmente, E1 destaca a conveniência da mobilidade: “Eu posso estar onde eu estou, e eu estou trabalhando”.

Outro forte atrativo identificado diz respeito à ausência de um "teto salarial" fixo. Essa vantagem é evidenciada pela entrevistada E4, que, embora possua formação em outra área e mantenha um emprego formal na docência, pontua que no ambiente autônomo os ganhos podem superar o regime formal: “você não tem aquele teto [...] você consegue, pode receber melhor”. A trajetória da E4 indica a existência de um mutualismo econômico (Pinheiro-Machado, 2008), em que os setores formal e informal se interpenetram na busca pelo incremento da renda. Ademais, a liberdade criativa detalhada por E8 “teve uma ideia, vou lá e executo”, consolidam a informalidade como um ecossistema ágil para o início de novos negócios.

Por outro lado, o reverso dessa liberdade se reflete em fatores dificultadores relacionados, principalmente, à imprevisibilidade financeira, aos riscos de inadimplência e às limitações operacionais. Os participantes demonstram preocupação com a instabilidade da renda, como resume E1 ao afirmar que "é muito imprevisível [...] tem aqueles meses que a gente paga os boletos no sufoco". A fragilidade das relações estabelecidas na informalidade também favorece a ocorrência de inadimplência, levando E6 a adotar a cobrança antecipada de 50% do valor das encomendas como estratégia para minimizar prejuízos, visto que, segundo seu relato, já enfrentou situações de ficar "semanas [...], meses sem receber, e eu ali cobrando a pessoa e a pessoa dizendo que não tinha o valor para pagar". Esse cenário evidencia a vulnerabilidade do trabalho autônomo, marcada pela instabilidade financeira, pelas dificuldades de gestão e pela ausência de garantias, aspectos discutidos por Silva (2025). Essa realidade é reforçada pelo relato do entrevistado E7:

Tipo, você começa informal, aí tem... tem uns fatores, de documentação e tal, que eu acho difícil [...]. Porque tem negócios da escala 6 por 1 agora, por exemplo. Que a maioria que é informal e não recebe um salário completo, esse negócio. Aí também não tem dia certo pra trabalhar, não tem hora. Eu acho que a mais difícil é essa parte de ser informal (E7).

Como forma de minimizar esses riscos, a entrevistada E2 manifesta a intenção de formalizar sua atividade por meio do Microempreendedor Individual (MEI), buscando maior segurança jurídica nas relações estabelecidas com os clientes:

Então, eu acho que quando eu finalizar o MEI ali [...] eu acho que eu vou conseguir deixar isso mais organizado. Questão de pagamento, questão de confiança mesmo de você passar para um cliente [...] você realmente se resguarda de possíveis problemas que possam acontecer ali no trabalho (E2).

Esse posicionamento revela que a formalização é percebida pelo entrevistado como uma estratégia para ampliar a segurança das relações comerciais e reduzir os riscos presentes no mercado informal. Em contrapartida, E6 demonstra resistência à formalização por receio de assumir custos fixos em períodos de menor faturamento:

Então, é algo assim, que o trabalho informal ele apoia a gente. Não é necessário você pagar o MEI pra poder, você conseguir fazer suas vendas. Acredito também que, em relação ao meu caso, não pago funcionários. Não entendo o que seja nenhum funcionário. Então, a única funcionária sou eu (E6).

A entrevistada E6 apresenta que a informalidade atua como um suporte financeiro inicial ao eliminar custos fixos obrigatórios, como tributos e despesas com funcionários. Essa divergência corrobora com a discussão de Cavaleiro e Mariano (2023), ao mostrar que a

percepção sobre a formalização varia conforme a realidade econômica e as expectativas de cada trabalhador em relação ao seu empreendimento.

O trabalho informal oscila entre a busca por autonomia e a necessidade de sobrevivência diante do desemprego e da precarização do trabalho (Vieira *et. al.*, 2024). Contudo, essa dinâmica é marcada pela fragilidade das garantias sociais, uma vez que a falta de proteção previdenciária e o acesso limitado a políticas públicas mantêm os trabalhadores desprotegidos. Assim, evidencia-se que os pontos facilitadores, como a autonomia e a flexibilidade coexistem com os desafios financeiros e à ausência de garantias, revelando a complexidade do trabalho autônomo/informal.

4.5 Papel do trabalho informal na vida do entrevistado

Ao analisar o papel que o trabalho informal exerce na vida dos entrevistados, observa-se que essa atividade autônoma/informal ocupa um lugar central em suas trajetórias e, sobretudo, por representar sua principal e, em alguns casos, única fonte de renda. Isso pode ser ratificado pelos discursos dos entrevistados E1, E3, E5 e E7. Inicialmente, E1 afirma que a atividade desempenha “um grande papel”. E3 ressalta que “hoje em dia ele exerce um papel fundamental na minha vida”. Já E5 associa suas conquistas ao seu trabalho ao declarar “tudo que eu conquistei, eu tenho que agradecer primeiro a mão de Deus e o meu trabalho”. Por fim, o E7 evidencia a importância da atividade para a manutenção familiar que “depende dela para sobreviver”.

Entretanto, ao analisar o papel profundo que a atividade informal exerce na vida dos trabalhadores autônomos, os achados revelam que o fenômeno transcende a mera necessidade de subsistência financeira, configurando-se como um vetor central de identidade, amadurecimento e realização pessoal. No topo das forças internas desses negócios, reside o elevado engajamento afetivo. Para as entrevistadas E1 e E2, o trabalho se confunde com suas próprias identidades, sendo descrito como um “*hobby*” ou como o “*pilar principal da vida*”. Essa percepção reforça a compreensão de Williams (2020) quando alega que a informalidade não constitui um fenômeno homogêneo, assumindo significados distintos conforme a realidade e as experiências de cada trabalhador.

Essa percepção, também, constata-se nos relatos de entrevistados que conciliam o trabalho formal com o informal. A entrevistada E4 sintetiza esse aspecto ao definir o trabalho autônomo como um espaço de “*realização*”, ao contrário do desgaste vivenciado no emprego formal:

Talvez as pessoas vindo de fora não parece ser algo tão grande, ser algo que dê tanto dinheiro, algo como, vamos supor, tão realizador como um diploma que você tem na universidade. Mas você sentir que você tá trabalhando pra você, que o seu esforço está sendo realmente remunerado, que aquilo ali depende de você, e você vai ter retorno daquilo, é muito bom....Então, muitas vezes se torna desgastante o formal porque você tá ali, botando muita energia para que algo aconteça, e não acontece, porque não depende de você. E já o informal, no momento, como só é eu que gravo, eu que tiro foto, eu que faço entrega, eu que faço tudo, eu sinto que depende de mim, então eu consigo colocar mais energia, e sentir que tá tendo algo de volta (E4).

Percebe-se, nesse relato, que a entrevistada atribui ao trabalho informal um sentimento de autonomia e reconhecimento pelo próprio esforço, aspecto que não identifica em seu trabalho formal. De modo semelhante, E6 destaca que utiliza a venda de produtos artesanais para complementar a renda deficitária de seu emprego como assistente administrativa “isso é uma renda extra pra juntar com meu salário, né?”. Os relatos de E4 e E6 refletem um cenário macroeconômico marcado pelo desemprego estrutural, pela reestruturação produtiva e pela precarização do trabalho no país, de acordo com o que já atentavam Lima e Costa (2016).

Em termos de projeções futuras, as narrativas desconstroem a ideia de imediatismo. Há um desejo de expansão, transição para a formalidade e contratualização de terceiros. Os entrevistados projetam o crescimento de suas estruturas por meio da abertura de sedes físicas e aumento de franquias (E5, E6, E8) e da composição de equipes, como aponta E2 ao reconhecer que “sozinha não dá certo”. O impacto desse amadurecimento passa a gerar valor social na comunidade, aspecto detalhado pela entrevistada E8 ao refletir sobre a capacidade de transformação de sua atividade, mesmo antes da formalização legal:

Sabe? Tipo, outras pessoas começaram a trabalhar mesmo informalmente por causa do meu trabalho. Algumas pessoas conseguiram uma renda extra por causa disso. Algumas pessoas tiveram, um sonho de ter um vídeo, de um casamento ou de um momento importante da vida delas, eternizado por causa desse trabalho informal. E com certeza, assim, mesmo quando ele for formal, e eu registrar ele bonitinho, a todos, se Deus quiser, vai continuar mudando a vida das pessoas, né? Assim como muda diariamente a minha (E8).

Essa percepção comunga com o entendimento proposto por Iizuka e Costa (2022) acerca da geração de oportunidades ao longo da cadeia de valor e do atendimento da base da pirâmide social, não sendo o fator transformador apenas para o empreendedor, mas também para as outras pessoas inseridas na sua rede de atuação. Apesar desse potencial, os relatos também evidenciam limitações relacionadas à centralização das atividades e aos desafios de profissionalização do negócio. A entrevistada E4 relata assumir sozinha todas as funções do seu empreendimento, enquanto outros participantes demonstram a necessidade de ampliar conhecimentos e estruturar melhor seus negócios.

Portanto, a educação empreendedora constitui um importante suporte para o desenvolvimento de competências gerenciais capazes de fortalecer a sustentabilidade dos empreendimentos (Silva, 2025). Assim, nota-se que, embora o trabalho informal apresenta desafios, ele representa para os entrevistados um instrumento de realização, autonomia e construção de perspectivas futuras. A partir desses resultados, foi possível revelar que o trabalho informal se tornou o fator determinante para a vida deles, representando a forma como eles são reconhecidos no mercado de trabalho. O quadro, a seguir, sintetiza os significados atribuídos em cada uma das categorias abordadas.

Quadro 5 - Síntese dos achados

Categorias de análise	Achados da pesquisa
Acesso à atividade autônoma/informal	O ingresso na atividade ocorreu por diferentes motivações, destacando-se a influência familiar, necessidade financeira, identificação pessoal com a atividade e a percepção de oportunidade do mercado, evidenciando a heterogeneidade das trajetórias de entrada na informalidade.
Reconhecimento pelo exercício dessa atividade informal	Os entrevistados se sentem valorizados pela atividade informal que exercem, através da indicação de clientes (boca a boca), do reconhecimento nas redes sociais, e da conquista de espaço no mercado. Além disso, destacam a confiança conquistada junto aos clientes pelo fato de se tornarem referências ou autoridades nos seus nichos de atuação.
Busca pela qualificação profissional	Os entrevistados reconhecem a qualificação como estratégias para ampliar conhecimentos, consolidar e melhorar a gestão do seu negócio, tornar-se competitivo e aumentar a confiança do cliente. Entre os participantes formados em administração, destacou-se a aplicação prática dos conhecimentos acadêmicos em áreas como marketing, gestão financeira e controle do empreendimento, diferenciando-os dos demais entrevistados, que ainda veem a qualificação como uma meta de desenvolvimento.
Fatores dificultadores e facilitadores no trabalho informal	Trata-se de um cenário paradoxal: os mesmos elementos que favorecem a atividade também geram vulnerabilidades. Os principais facilitadores foram a autonomia, a flexibilidade, a liberdade de gestão e a possibilidade de complementar a renda, inclusive para trabalhadores que conciliam emprego formal e atividade informal, superando o teto salarial do trabalho formal. Em contrapartida, destacaram-se a imprevisibilidade financeira, a ausência de garantias, as dificuldades de gestão como questões relacionadas à burocracia, bem como a fragilidade das relações comerciais, que favorecem a inadimplência.
Papel do trabalho informal na vida do entrevistado	O trabalho informal ocupa uma posição central na vida dos entrevistados, sendo percebido como principal e única fonte de renda. Ela é a manutenção familiar, conquista, identificação, realização pessoal e autonomia. Assim, muitos veem como o crescimento futuro do seu negócio. Além da atividade, gerar um valor social relevante para a comunidade. Esse

	impacto evidencia-se na dinamização da economia local, uma vez que a atividade acaba criando, mesmo que indiretamente, oportunidades financeiras e de renda para outros moradores da região, funcionando como um motor invisível de desenvolvimento territorial.
--	--

Fonte: Elaboração própria (2026).

Em suma, a síntese dos achados apresentados no quadro 5 ilustra a complexidade que envolve o trabalho autônomo e informal, revelando que a atividade transborda a mera estratégia de sobrevivência econômica. As trajetórias analisadas revelam um mosaico de motivações, competências e desafios, em que a busca por autonomia e qualificação coexiste com a instabilidade estrutural. Destaca-se, ainda, a capacidade desses empreendimentos de transcender a esfera individual, convertendo-se em vetores de desenvolvimento e valor social para suas comunidades por meio da dinamização financeira local.

Ademais, a formação em administração surgiu como relevante fator de diferenciação, moldando uma dinâmica de gestão distinta observada dos participantes sem formação na área. Diante desse panorama multifacetado, que evidencia tanto as potencialidades quanto as fragilidades da prática informal, encaminham-se as reflexões finais deste estudo para a apresentação das conclusões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve como objetivo geral analisar o papel que o trabalho informal exerce na vida de trabalhadores autônomos com ou sem formação em administração. Diante desta pesquisa, os resultados evidenciaram que o trabalho informal exerce um papel estratégico, transformador nas trajetórias dos entrevistados, promovendo autonomia, reconhecimento, emancipação e desenvolvimento local. Em contrapartida, manifesta-se como um cenário de vulnerabilidades estruturais e instabilidade financeiras.

Dessa forma, os resultados revelam, inicialmente, que o ingresso no trabalho informal ocorre de maneira heterogênea, impulsionado por fatores que vão desde a necessidade financeira e o legado familiar à realização pessoal e oportunidade de negócio. Esta última, notadamente evidenciada em pessoas formadas em outras áreas que buscou no empreendimento satisfação pessoal que o trabalho formal muitas vezes não proporcionou nela. No que tange à execução do trabalho, todos os participantes se sentem reconhecidos e valorizados exercendo a atividade informalmente. Essa validação consolida-se por meio de redes de indicação mútua, divulgação popular e pelo uso estratégico das redes sociais

digitais, ferramentas que impactam diretamente a atração de clientes e a legitimação dos negócios no mercado, sem apresentar distinções nítidas entre os graduados ou não em administração nessas duas dimensões.

Sequencialmente, a investigação da pesquisa mostrou o entendimento unânime sobre a relevância da qualificação profissional para a melhoria da gestão e o ganho de competitividade, emergindo aqui a formação em Administração como um forte elemento distintivo na aplicação prática de controles financeiros e de marketing. Essa capacitação torna-se um ativo crucial para lidar com a dinâmica paradoxal da atividade, na qual fatores facilitadores como autonomia, flexibilidade e superação do teto salarial formal coexistem diretamente com severos dificultadores, representados pela imprevisibilidade financeira, burocracia e inadimplência. Por fim, os relatos sugerem que o trabalho informal ocupa uma posição de centralidade na vida dos sujeitos, atuando tanto como principal fonte de subsistência e realização pessoal, como também como uma fonte extra quanto como um vetor de desenvolvimento socioeconômico e geração indireta de renda para as suas comunidades.

À luz da discussão proposta, as reflexões finais deste estudo convergem para a necessidade de desmistificar o trabalho informal e autônomo, compreendendo-o para além de uma mera alternativa de sobrevivência ao desemprego. A pesquisa revela que essa dinâmica é um espaço legítimo de autonomia, construção de identidades e busca por emancipação profissional. Reconhecer o trabalhador informal como um agente ativo de micro desenvolvimento local é, portanto, um passo indispensável para o avanço dos estudos organizacionais e sociais.

Por fim, cumpre assinalar que este estudo foi delimitado pela questão geográfica, uma vez que os participantes se concentram em uma realidade regional específica. Assim, sugere-se para pesquisas futuras a realização de estudos quantitativos ou de métodos mistos em maior escala, bem como investigações comparativas de corte longitudinal. Recomenda-se, ainda, analisar o impacto de políticas públicas de microcrédito e capacitação técnica focadas na transição ou consolidação desses empreendimentos autônomos, ampliando a compreensão sobre a longevidade dessas práticas de informalidade.

REFERÊNCIAS

ANJOS, P. D. S.; FRAGA, M. S.; TEODÓSIO, A. S. S. MICROCRÉDITO E TRABALHO NAS RUAS: desafios no contexto brasileiro. **E&G Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 20, p. 69-86, abr. 2020. Disponível em:

<https://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/19229>. Acesso em: 6 abr. 2026.

BRASIL, C. I. **Taxa de informalidade cai no mercado de trabalho, mostra IBGE**. 2026. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2026-03/taxa-de-informalidade-cai-no-mercado-de-trabalho-mostra-ibge>. Acesso em: 17 maio 2026.

CARVALHO, J. B. de; BORGES, C. Proposta de tipologia de trabalhadores por conta própria considerando o impacto do empreendimento e o engajamento empreendedor. **REGEPE Entrepreneurship and Small Business Journal**, [s. l.], v. 14, e2549, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.14211/regepe.esbj.e2549>. Acesso em: 6 abr. 2026

CASTRO, E.; OLIVEIRA, U. T. V. A entrevista semiestruturada na pesquisa qualitativa-interpretativa: um guia de análise processual. **Entretextos**, [S.L.], v. 22, n. 3, p. 25-45, 7 abr. 2022. Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/1519-5392.2022v22n3p25-45>. Acesso em: 26 maio 2026

CAVALHEIRO, G. M. C.; MARIANO, S. R. H. Assessing the impacts of the individual micro-entrepreneur act in Brazil: 10 years later. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, [S.L.], p. 51-68, 26 fev. 2023. Revista da Micro e Pequena Empresa - RMPE. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.48099/1982-2537/2023v17n3p5168>. Acesso em: 6 abr. 2026

DAVA, O. S. **Educação Financeira na Gestão de Micro e Pequenos Negócios**: estudo de caso no mercado limpopo, cidade de xai-xai. 2025. 127 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Administração e Gestão de Negócios (Mba), Universidade Católica de Moçambique, Xai-Xai, 2025.

GIL, A. C. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. Rio de Janeiro: Atlas, 2021.

IIZUKA, E. S.; COSTA, H. S. Negócios inclusivos liderados por mulheres empreendedoras: busca por avanços teóricos e empíricos. **Cadernos Ebape.Br**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 417-435, ago. 2022. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395120220011>. Acesso em: 6 abr. 2026

KROHL, D. R. A LÓGICA DEDUTIVA DE KARL POPPER COMO SUPORTE PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS. **Revista de Educação Ciência e Tecnologia**, Videira (Sc), v. 11, n. 1, p. 1-12, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/5459/3129>. Acesso em: 26 maio 2026.

KRUGER, J. M. **Metodologia da Pesquisa em Administração**: em linguagem descomplicada. Curitiba- PR: Bagai, 2023.

LIMA, T. B.; COSTA, M. S. Trabalho informal: uma revisão sistemática da literatura brasileira na área de administração entre 2004 e 2013. **Cadernos Ebape.Br**, [S.L.], v. 14, n. 2, p. 310-324, jun. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395135137>. Acesso em: 6 abr. 2026.

MARTARELLO, R. A.; FERRO, D. Entrepreneurship and innovation in informal productive enterprises: development of process innovation in a floral arrangement company. **Regepe -**

Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 1-7, 1 dez. 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14211/ibjesb.e1985>. Acesso em: 6 abr. 2026.

MATEUS, I. P. **Mercado de Trabalho Informal e Proteção Social**: uma comparação entre Angola e Brasil. 2025. 53 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira, Redenção, 2025. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/4028>. Acesso em: 17 maio 2026.

OLIVEIRA, M. C. F. Notas sobre o trabalho informal nas praias de Aracaju/SE. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA, 4., 2022, São Cristóvão. **Anais [...]**. São Cristóvão: PPGS/UFS, 2022. Disponível em: <http://www.sociologiaufs.com.br/wp-content/uploads/2022/11/Eixo-06-Caderno-de-Resumos.pdf>. Acesso em: 17 maio 2026.

PINHEIRO-MACHADO, R. CHINA-PARAGUAI-BRASIL uma rota para pensar a economia informal: uma rota para pensar a economia informal. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 23, n. 67, p. 117-192, jun. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000200008>. Acesso em: 11 maio 2026.

SANTOS, M.; RIBEIRO, A. I. B. L. Vendedores ambulantes e a economia da sobrevivência: vulnerabilidade social e precarização do trabalho. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, [S.L.], v. 8, n. 18, p. 1-13, 19 maio 2025. Revista JRG de Estudos Acadêmicos. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.55892/jrg.v8i18.2101>. Acesso em: 11 maio 2026.

SEBRAE. **Painel de Empreendedorismo Formal e Informal**. DataSebrae, 2024. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/painel-de-empreendedorismo-formal-informal/>. Acesso em: 07 maio 2026.

SILVA, A. B. **A vivência de conflitos entre a prática gerencial e as relações em família**. 2005. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/101886>. Acesso em: 17 maio 2026.

SILVA, H. J.; SANTOS, M. M. F. V.; ALVES, S. A. A. **A precarização das relações de trabalho no Brasil**: informalidades e flexibilização. 2025. 14 f. Monografia (Especialização) - Curso de Pós-Graduação em Direito Previdenciário e do Trabalho, Icó – Ce, 2025.

SILVA, M. V. P. **Empreendedorismo Jovem**: uma análise dos desafios dos jovens empreendedores na cidade de Santa Inês. 2025. 50 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Universidade Estadual do Maranhão, Bacabal, 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ENKB>. Acesso em: 07 maio 2026.

SOARES, D. C. R.; VICTAL, G. S. M. **A garantia do mínimo existencial frente ao mercado de trabalho informal**. 11. ed. Ribeirão Preto: Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania, 2023.

SOUSA, R. R. A.; VUALA, E. A.; JUNIOR, S. L. S. GLOBALIZAÇÃO E DESEMPREGO ESTRUTURAL. **Vistacien: REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR**, [s. l.], v. 1, n.

2, p. 1-1, 2023. Disponível em: <https://proceedings.science/pbc-2023/papers/a-garantia-do-minimo-existencial-frente-ao-mercado-de-trabalho-informal>. Acesso em: 11 maio 2026.

SOUZA, S. F.; ARAÚJO, T. M.; WERNECK, G. L. Trabalho formal e informal: configurações laborais e implicações na saúde mental. **Rev Bras Saude Ocup** [Internet], v. 51, e1, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369/09025pt2026v51e1>. Acesso em: 17 maio 2026.

VIEIRA, D. A.; CORNÉLIO, E. A.; CAVALCANTI, M. C. S.; CORRÊA, R. O. O autoempreendedorismo num contexto de precarização do trabalho. **Revista Gestão & Conexões**, Vitória, v. 13, n. 3, p. 157-181, 2 set. 2024. Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.47456/regec.2317-5087.2024.13.3.42847.157.181>. Acesso em: 6 abr. 2026.

WILLIAMS, C. C. Why do Informal Sector Competitors Hinder Formal Entrepreneurs More in Some Countries? **Regepe Entrepreneurship And Small Business Journal**, São Paulo, v. 9, n. 4, p. 718-743, 2 set. 2020. REGEPE Entrepreneurship and Small Business Journal. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14211/regepe.v9i4.1981>. Acesso em: 6 abr. 2026.